

A PROPOSTA PEDAGÓGICA DE JOHN LOCKE: A DETERMINAÇÃO PELO EMPIRISMO E PELO LIBERALISMO

Janaína Fernandes Nunes¹

Resumo

Discutir a proposta pedagógica de John Locke implica a necessidade de atenção aos seus princípios ideológicos e às suas compreensões acerca do conhecimento humano. Essas premissas influem diretamente no modo pelo qual ele entende o papel da educação na formação do homem burguês, responsável por delimitar os rumos sociais. A análise dos fundamentos de sua proposta educacional justifica-se pela atualidade de seus pensamentos e a influência que possui no pensamento educacional contemporâneo. Partindo da compreensão do empirismo, do liberalismo e de sua compreensão de Deus como o fundamento da virtude, finalidade última da educação, é possível compreender melhor sua proposta pedagógica, organizada a partir de conselhos para melhor formação do homem burguês.

Palavras-chave: Empirismo. Liberalismo. *Tabula Rasa*.

Abstract

Discussing John Locke's pedagogical approach implies the need for attention to his ideological principles and his understanding of human knowledge. These premises directly influence the way in which he understands the role of education in the formation of bourgeois man, responsible for delimiting social directions. The analysis of the fundamentals of his educational proposal is justified by the actuality of his thoughts and the influence he has in contemporary educational thought. Beginning with the understanding of empiricism, liberalism and its understanding of God as the foundation of virtue, the ultimate goal of education, it is possible to better understand its pedagogical proposal, organized on the basis of advice for a better formation of bourgeois man.

Keywords: Empiricism. Liberalism. *Tabula Rasa*.

1 Introdução

O empirismo e a visão liberal de John Locke possuem relevância até mesmo nos dias atuais, repercutindo em teorias que até hoje são aplicadas, especialmente aquelas vinculadas à teoria do Estado.

Suas propostas sobre educação, oriundas de cartas endereçadas a amigos, com a finalidade de ofertar conselhos na educação de seus filhos, possuem fortes traços de tais

¹ Pós-graduada, vinculada ao programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE).
janainafnunes@hotmail.com

premissas teóricas, isto é, suas propostas educacionais são decisivamente influenciadas pelo empirismo e por seus ideais liberais.

Com a finalidade de analisar de que formas tais influências se desenham, é necessário, primeiramente, estabelecer algumas premissas da teoria lockeana, com a finalidade de explicar sua visão empirista e seus ideais liberais.

Posteriormente, suas propostas educacionais serão abordadas mais diretamente com a finalidade de demonstrar de que forma as premissas anteriormente fixadas se revelam nos conselhos expostos em suas cartas, organizadas posteriormente sob a forma de livro.

Por fim, a análise de sua abordagem da educação sobre Deus é utilizada com a finalidade de revelar, de forma mais contundente, os traços do empirismo e dos ideais liberais em suas propostas educacionais que, se não podem ser entendidas como uma teorização acerca da educação ou como um tratado sobre a pedagogia, são consideradas até hoje nas teorias pedagógicas, mormente quando se analisam as influências da modernidade no pensamento contemporâneo.

As contribuições de John Locke para educação, portanto, são inegáveis e merecem análise sob o prisma de suas teorias sobre o empirismo e de seus ideais liberais, inseridos na modernidade.

2 Liberalismo, Contratualismo e Empirismo: as bases da obra de John Locke

Para que seja possível enfrentar o problema proposto sob o prisma eleito e já explicitado anteriormente é necessário, em primeiro lugar, situar a obra lockeana no tempo e no espaço, uma vez que o recorte temporal e espacial no qual o autor escreveu influenciou muito sua produção. Assim, a fixação das premissas a partir das quais será realizada a abordagem pretendida depende de referida contextualização.

As categorias sobre as quais o autor desenvolve seu pensamento são profundamente marcadas pelo tempo e pelo espaço no qual se situa toda a sua obra e seu desenvolvimento pessoal e, por isso, é extremamente necessário seu desvelamento.

John Locke viveu em uma época profundamente marcada por mudanças sociais radicais, entre elas a luta clássica entre parlamentaristas e monarquistas, ocorrida na Inglaterra

do Século XVII, e que culminou com a Revolução Gloriosa que colocou fim ao absolutismo monárquico, com aumento do poder do Parlamento Inglês.

Oriundo de família burguesa, John Locke lutou pelos ideais parlamentaristas, sendo considerado um dos primeiros pensadores liberais (TERUYA, et al., 2010). Diante disso, o pensamento lockeano é fundamental no desenvolvimento da sociedade liberal, além de ser de enorme importância para a teoria do conhecimento expressa no mundo ocidental.

Segundo Fagundes (2014, p. 2):

(...) a sua influência é inegável na formação da cena política moderna das nações forjadas nos ideais do liberalismo e da tolerância. Até mesmo a teoria da tripartição dos poderes, exposta por Montesquieu no Espírito das Leis, é uma decorrência direta da influência do pensamento lockeano.

O posicionamento teórico de John Locke, portanto, levanta argumentos relevantes para criticar o poder absolutista monárquico vigente, bem como o pensamento religioso intolerante, que se imiscuia nas decisões estatais, fornecendo elementos para uma teoria educacional mais ativa e menos formal (FAGUNDES, 2014).

A separação proposta pelo autor entre Estado e Igreja, Religião e Governo é também fruto de seus posicionamentos como pensador liberal e influencia decisivamente na parte de sua obra que trata diretamente da educação e da forma pela qual a pedagogia deve desenvolver-se na formação das pessoas.

Tratando especificamente deste ponto da obra lockeana, Batista (2010, p. 175) afirma que:

(...) Locke propõe que o Estado não deve interferir em assuntos religiosos, a menos que se refiram a sua preservação em geral e à de seus membros em particular. Da mesma forma, o Estado deve manter-se afastado da religião (ou, melhor dizendo, da Igreja, entendida por Locke como uma sociedade espontânea, ou seja, não-política, cujo intuito é a manifestação de alguma forma de culto público à Divindade).

Do mesmo modo, Locke defende que a Igreja não deve se imiscuir em assuntos Estatais, a não ser quando possua a intenção de fazer com que seus adeptos cooperem com o Estado, não podendo assumir papel de relevo nas decisões de Estado e de Governo.

Uma transcrição do próprio Locke, extraída de uma de suas obras, resume bem o pensamento do autor:

O cuidado com as almas não pode pertencer ao magistrado civil, porque seu poder consiste apenas na força externa, enquanto que a religião verdadeira e salvadora

consiste na persuasão interna da mente, sem a qual nada pode ser aceitável a Deus. E tal é a natureza do pensamento que ele não pode ser compelido à crença em qualquer coisa por força externa. A confiscação de propriedade, prisão, tormentos, nada dessa natureza pode ter tal eficácia que faça os homens mudarem o julgamento interno que estruturam sobre as coisas. (LOCKE, 2005, p. 79).

Nesse ponto é relevante outro esclarecimento acerca do posicionamento político de John Locke. O autor é um dos mais relevantes contratualistas, afirmando que o Estado existe em função do indivíduo e não o contrário. A fim de promover a defesa da propriedade e de sua liberdade, os indivíduos se juntam e, por meio de um pacto social, constroem a instituição do Estado.

É preciso ressaltar, contudo, que o autor não entende o homem como mau por natureza, o que importaria a necessidade de construção de um ente superior, capaz de conter a guerra de todos contra todos. A necessidade do Estado advém da consciência de que, individualmente, a proteção à propriedade privada não possui a mesma eficácia daquela promovida de forma institucional.

Assim, a adesão ao contrato social importa na consciência da impossibilidade de fazer justiça pelas próprias mãos e não na renúncia a certos direitos fundamentais em favor da manutenção da coletividade e da paz social.

Além dessa posição política, que influenciou decisivamente no papel que Locke atribui à educação, determinando a forma pela qual deve ser realizada, o entendimento acerca da apreensão do conhecimento é de fundamental importância na obra lockeana.

Nesse aspecto, o autor possui uma visão de mundo de caráter empirista, com alguns traços de racionalismo. É à experiência, em primeiro lugar, e à razão, em segundo plano, que delega a função de fonte de produção e de julgamento do conhecimento sobre a realidade.

Batista (2010, p. 175), nesse sentido, afirma que “Isso significa que, conforme Locke, aquilo que não se encontra nas dimensões empírica e/ou racional não pode ser conhecimento, tão somente crença, fé ou opinião”. Diante disso, é possível afirmar que o conhecimento humano é adquirido por meio das experiências às quais está sujeito, e a sistematização de referido conhecimento, adquirido através da experiência, se dá por meio da razão.

Essa concepção afasta a teoria do inatismo, opondo a ela forte crítica. Ou seja, a teoria de Locke é crítica ao inatismo, reforçando-se no empirismo e na racionalidade que sedimenta e “estrutura” as experiências adquiridas.

John Locke retrata, pois, o pensamento crítico de seu tempo, no qual assegura que toda a afirmação deve ser comprovada por meio da experiência, tendo em vista, que a investigação experimental pode desmascarar as falsas verdades escondidas no discurso social. Esse pensador liberal se interessava pelo funcionamento cognitivo do indivíduo e investigava as formas pelas quais a mente adquire o conhecimento. Para tanto, Locke estudou todo o trajeto percorrido pelo conhecimento no ser humano, desde a formulação do saber até que esses dados sejam armazenados na memória. (TERUYA, et al., 2010, p. 11).

Para o autor, até mesmo a existência de Deus é provada por meio das experiências. Desta forma rebate as críticas dirigidas ao empirismo no sentido de que esta forma de conhecimento não seria capaz de apreender o que não estivesse ao alcance dos sentidos humanos. Locke (2005, p. 154) afirma que:

Se alguma ideia pode ser imaginada inata, dentre todas as outras, a ideia de Deus pode ser pensada assim, por várias razões, por julgar-se que seria difícil conceber a existência de princípios morais inatos sem uma ideia inata da Divindade. Sem a noção de um legislador é impossível ter uma noção da lei e obrigação para cumpri-la. Além dos ateus observados entre os antigos, e assinalados nos registros da história, não se descobriam, em épocas mais recentes, nações inteiras entre as quais não se encontra nenhuma noção de Deus e nem de religião? Estes são exemplos de noções em que a natureza inculta foi mantida por si mesma sem o auxílio da cultura e da disciplina, e o aperfeiçoamento das artes e ciências. Mas há outras que, apesar de terem disto usufruído, por falta da devida aplicação de seus pensamentos daquela maneira, carecem da ideia e conhecimento de Deus.

O posicionamento lockeano se contrapõe, portanto, ao pensamento de Descartes que defende a existência de ideias inatas, afirmando que o homem é racional e já nasce assim, sendo a aprendizagem um processo natural e lógico decorrente da racionalidade. (SANTOS, GÓIS, 2009).

Isso não significa dizer que Locke não atribui à razão um papel também relevante no processo de obtenção e apreensão do conhecimento. Como dito anteriormente, se é à experiência que se atribui o papel de causa do conhecimento, à razão é atribuída a função de sistematizar referido conhecimento, sendo o meio pelo qual se alcançam percepções complexas de mundo.

Santos e Góis (2009, p. 80) afirmam que “A razão ou o entendimento constitui a matéria-prima da formação das ideias complexas”. A razão teria, assim, “(...) o poder de combinar, coordenar e organizar as impressões recebidas pelos sentidos (ideias simples), construindo um sistema utilizável de verdades gerais, ou seja, uma forma mais significativa do conhecimento”. (SANTOS, GÓIS, 2009, p. 80).

Referidas concepções empíricas de John Locke podem ser resumidas em trecho extraído de sua obra e que foi assim redigido:

Suponhamos então que a mente seja, como se diz, um papel em branco, vazio de todos os caracteres, sem quaisquer ideias. Como chega a recebê-las? De onde obtém esta prodigiosa abundância de ideias, que a ativa e ilimitada fantasia do homem nele pintou, com uma variedade quase infinita? De onde tira todos os materiais da razão e do conhecimento? A isto respondo com uma só palavra: da experiência. Aí está o fundamento de todo o nosso conhecimento; em última instância daí deriva todo ele. (LOCKE, 2005, p. 106).

Todas essas percepções extraídas da obra de John Locke servirão como premissas para o desenvolvimento de seu pensamento acerca da educação e, conseqüentemente, de sua proposta pedagógica. É sobre essa proposta que o item seguinte tratará, tendo como base todas as considerações traçadas nas linhas acima.

3 A proposta pedagógica de John Locke

O principal escrito de John Locke que nos revela sua proposta pedagógica consubstancia-se em um conjunto organizado de correspondências que mantinha com alguns conhecidos seus, com a finalidade de orientá-los como pais na educação de seus filhos. Assim, “(...) trata-se, então, de uma verdadeira receita prescritiva à educação”. (FAGUNDES, 2014, p. 3).

Diante disso, a proposta pedagógica de Locke não é propriamente teorizada ou, melhor dizendo, científica. É, em suma, a transcrição de um conjunto de experiências do próprio autor como tutor e que servem como parâmetros para a boa educação do ser humano, apoiados em resultados positivos por ele alcançados. (BATISTA, 2010).

Referidas cartas foram organizadas sob a forma de um livro que se denominou *Alguns Pensamentos sobre Educação*. Batista (2010, p. 180) afirma que o livro “(...) não seria, a rigor, um tratado sobre a educação, fato que o próprio John Locke reconhece”. Mesmo assim, possui fundamental importância na formação da pedagogia liberal, a ponto de Fagundes afirmar que a obra ajudou a consolidar o discurso pedagógico da modernidade, repercutindo na discussão filosófica da educação contemporânea. (FAGUNDES, 2014).

Para compreender adequadamente as propostas formuladas por Locke para a educação, mais uma vez é necessário fixar algumas premissas fundamentais. Em primeiro lugar, o alvo dos “conselhos” lockeanos é o homem burguês. Suas propostas visam, portanto, fazer com que se forme um homem bem-educado e útil para sua pátria, dentro dos parâmetros esperados de uma sociedade burguesa do Século XVII.

Levando esta afirmação em conta, a educação tem por finalidade principal a formação integral do homem e, mais especificamente, na formação do homem burguês, com inspirações claras nos ideais do liberalismo. A disciplina individual, portanto, possui fundamental importância, uma vez que é ela quem determina o sucesso do indivíduo que, para tanto, tem de possuir disciplina espiritual e fisicamente. (SANTOS, GÓIS, 2009, p. 84).

Esse homem formado pelas orientações educacionais de Locke seria, portanto, o único capaz de conduzir a sociedade liberal, conciliando a liberdade e princípios educacionais rígidos capazes de orientar os novos tempos (SANTOS, GÓIS, 2009).

Mesmo não sendo uma proposta educacional universal ou que possua um método científico capaz de qualifica-la como pedagógica, a proposta lockeana pode ser aplicada para a formação de qualquer indivíduo, mormente quando se leva em conta uma sociedade que se apoia em princípios liberais. “Os conselhos educacionais de Locke, portanto, dirigem-se à formação do gentleman, mas vão um pouco mais além; ele pensa também na formação do cidadão”. (SANCHES, 2008, p. 3).

É, então, a formação de um indivíduo virtuoso a principal finalidade da educação. Esta virtude, em Locke, busca seu fundamento em Deus. Batista (2010, p. 176) afirma que “Destarte, a virtude seria, portanto, a meta final a qual a educação deveria atingir, tendo, por sua vez, Deus como fundamento”.

A existência de Deus é pressuposto da educação lockeana ao mesmo tempo em que a própria Divindade é estabelecida como a base necessária de uma conduta virtuosa. Essa formação espiritual, situada no âmbito da formação moral, para John Locke, é a dimensão à qual devem se destinar os principais esforços da educação.

Sanches resume esta afirmação dizendo que a virtude, em Locke:

(...) tem por fundamento a ideia de Deus, a moral se aprende lendo a Bíblia e a metafísica como conhecimento dos princípios, propriedades e operações das coisas tais como elas são em si mesmas, em particular os espíritos; não é uma ciência sistemática, mas um desenvolvimento do espírito, na direção de uma compreensão do mundo sob a direção da razão e da revelação. (SANCHES, 2008, p. 8).

Neste aspecto, percebe-se uma crítica a uma formação tecnicista, que preza mais pelo conhecimento científico, sem se preocupar com a formação do caráter do indivíduo. Para Locke, uma formação neste sentido não é capaz de cumprir as finalidades da educação. Segundo ele, é a boa educação que engrandece todas as demais qualidades do indivíduo, inclusive aquelas relacionadas ao domínio de técnicas e competências específicas. Sem ela não é possível adquirir o respeito e a estima dos outros indivíduos.

Fagundes (2014, p. 9) resume esse pensamento de John Locke afirmando que, “Por meio de uma boa educação, as qualidades dignas de apreço encontram um ponto exato de desenvolvimento para despertar a admiração das pessoas e não se converterem em seus contrários”.

No caso de um homem mal-educado as qualidades se subvertem e acabam por transformar as virtudes em defeitos graves, inadmissíveis em um indivíduo ao qual se atribui as funções de direção das demandas sociais. (LOCKE, 2002).

Exatamente em razão disso há na obra lockeana uma forte crítica à educação formalista que prepara apenas para a vida acadêmica e não para enfrentar os problemas da vida cotidiana. Aduz que “(...) não aprendemos para a vida, mas para a disputa, e nossa educação prepara-nos mais para a universidade do que para o mundo” (LOCKE, 2002, p. 209).

Portanto, a proposta educacional de John Locke não atenta apenas para a dimensão intelectual do homem. Pelo contrário, é mais centrada na formação moral, sem deixar de dar atenção à dimensão física. “Locke pensa na educação completa, que contemple a dimensão moral, física e intelectual, mas subordina a educação intelectual e física à formação moral”. (FAGUNDES, 2014, p. 19).

Partindo do empirismo e dos ideais liberais vigentes na sociedade de sua época, a proposta do autor se volta à formação do homem virtuoso moralmente e que é capaz de utilizar seu conhecimento técnico de forma a se destacar na sociedade e não apenas no intelectual adstrito aos muros da academia.

É exatamente por isso que Batista (2010, p. 184) afirma que:

Embora fosse um homem extremamente dado à erudição, Locke concebe que a instrução é aquilo que deve vir por último, em se tratando de educar um jovem cavalheiro, uma vez que pressupõe uma formação moral anterior, sem a qual o seu significado e o seu valor perder-se-iam.

Nesse aspecto, o papel do tutor é fazer com que seu discípulo cultive bons hábitos, sempre amparado nos princípios da virtude e da sabedoria, fazendo que ele aprenda a amar tudo o que é digno de louvor, a fim de se tornar vigoroso, ativo e hábil. (LOCKE, 2012).

Contudo, não só à formação moral Locke atribui grande importância. Para ele, um corpo sã em uma mente sã é descrição curta, porém completa, do que se pode entender por um estado de felicidade. (LOCKE, 2012). Assim, a dimensão física da educação assume especial importância, de forma a tornar possível que o corpo responda de forma integral à tarefa a ser desempenhada pelo cavalheiro na sociedade. Sem um corpo à altura, a mente moral e intelectualmente pronta não pode avançar.

Fagundes expõe o pensamento lockeano, no que se refere a esse ponto da seguinte forma:

São, pois, corpo e mente a unidade constitutiva da natureza humana na qual incidirá o processo educativo. Isso significa, na posição de Locke, a formação completa, ou seja, trata-se de uma ação pedagógica que tange nas duas dimensões: corpo e mente, porém sem dicotimizá-los. (FAGUNDES, 2014, p. 4).

Como não poderia deixar ser, o empirismo lockeano assume papel de relevo em sua teoria da educação. É o empirismo, com sua crítica à teoria das ideias inatas o principal responsável pela elaboração da definição de *tábula rasa*.

Segundo essa concepção, em razão do fato de que todo o conhecimento se adquire através das experiências, sendo posteriormente sistematizado pela razão, a criança é um papel em branco, no qual é possível escrever o que bem entender, fornecendo-lhe boas experiências, capazes de formar a personalidade e a moral como de adultos. Não possuindo experiências anteriores, a criança pode, portanto, ser moldada. Apesar disso, o autor não desconsidera a particularidade de cada criança, alerta que faz em sua própria obra. (LOCKE, 2012).

Tais particularidades devem ser levadas em conta no momento de fornecer os melhores ensinamentos, que são os mesmos, mas que devem ser abordados de formas diversas para que sejam bem aproveitados. Não se pode deixar de levar em consideração que as propostas lockeanas voltam-se para a educação do homem burguês e, por isso, as particularidades que consideram são inerentes aos costumes dessa parcela da população.

Diante dessa proposta, mesmo aquelas ideias que possuam uma aparência de inatas, como a concepção do Divino, não são senão frutos de experiências que não são detidamente observadas, mas que são de qualquer forma vivenciadas.

Tratando dessa concepção, da mente humana como uma tábula rasa, na qual se pode inserir as melhores práticas quando ainda não há experiências suficientes que já a tenham formado, bem como da preocupação com o corpo físico para a completude da formação pessoal, Locke assim escreve:

Eu imagino a mente das crianças, quão facilmente tomam este ou aquele caminho, como a própria água; e embora esta seja a parte mais importante, e nosso principal cuidado deva ser a respeito do interior, ainda sim, a “cabana de barro” não deve ser negligenciada. (LOCKE, 2012, p. 154)

Os exemplos, para o autor, assumem especial importância no processo educacional. São eles e não os preceitos morais abstratos, ilustrados de forma verbal, o principal meio pelo qual as boas práticas são inscrição nessa tábula rasa. Devem prevalecer, assim, os exemplos de conduta e não as simples lições verbais sobre algo que não necessariamente se pratica.

Como não poderia deixar de ser, é possível concluir que as propostas educacionais de John Locke estão estritamente vinculadas as suas concepções teóricas e convicções pessoais, principalmente sua visão empirista de mundo, seus ideais liberais, sua crença na completude de corpo são e mente sã e, ainda, em sua crença em Deus.

Para o presente estudo merece destaque a sua proposta educacional quando se trata de ensinar sobre Deus, porque a forma pela qual propõe o ensinamento da Divindade, para ele o fundamento da virtude a ser apreciada no homem burguês, revela de maneira explícita a influência do empirismo e do ideal liberal defendido por ele. É acerca dessa proposta que se falará abaixo.

4 A crença em Deus e o alcance da virtude

A educação, em Locke, pressupõe a existência de Deus e defende seu conhecimento como base de uma conduta virtuosa. Batista (2010, p. 175-176) afirma que:

(...) Locke defende que a educação deve considerar tanto o aspecto físico quanto o aspecto psíquico do ser humano. Isso significa afirmar que deve propiciar o desenvolvimento integral do homem, posto que Locke delega à educação a finalidade de tornar o gentil-homem em um ser humano virtuoso. Destarte, a virtude seria, portanto, a meta final que a educação deveria atingir, tendo, por sua vez, Deus como fundamento.

Assim, a moralização do ser humano, do homem burguês, depende de sua correta concepção sobre a figura Divina, sendo esta o exemplo supremo e absoluto do que é ser virtuoso.

Entretanto, é preciso ressaltar que John Locke preconiza um ensinamento essencial sobre Deus, aos educandos, isto é, as lições devem demonstrar a correta concepção do Divino. A crença incutida no indivíduo deve, pois, levar “(...) a uma fé sadia, lúcida e racional, que faça com que o indivíduo conceba Deus como o ser virtuoso por excelência”. (BATISTA, 2010, p. 182).

Desta passagem é possível concluir, ainda, que a proposta educacional lockeana, no que se refere ao ensinamento sobre Deus, leva em conta aspectos racionais da concepção divina e não meramente impostas por dogmas religiosos. O autor não chega a explicar de que forma tal racionalização seria possível, mas dela trata de forma explícita. (LOCKE, 2012).

Nas palavras de Locke (2012, p. 67), “(...) valeria muito mais, em geral, que os homens se detivessem nessa noção de Deus, sem serem demasiado curiosos para perscrutar suas ideais a respeito da natureza de um Ser cuja natureza incompreensível todos devem reconhecer”.

Apesar disso, afasta a hegemonia religiosa, sem desvencilhar-se da religião, pois defende o ensinamento sobre noções elementares acerca de Deus e da maneira de relacionar-se com Ele. “Assim, sugere uma visão de mundo um tanto quanto desvencilhada da hegemonia religiosa, mas não totalmente fora da religião (...)”. (BATISTA, 2010, p. 176).

A intenção de afastamento das concepções religiosas relaciona-se ao rompimento proposto por John Locke entre Estado e Igreja, de forma que um não pode se imiscuir nos assuntos do outro. Assim, não seria papel do Estado ou do tutor determinar qual concepção religiosa deveria prevalecer nos ensinamentos aos educandos.

O que importa, portanto, é o ensinamento de Deus como fundamento da virtude, como modelo supremo do que seja virtude, e não os dogmas que cada religião estabelece para o entendimento desse Ser Supremo. Da mesma forma este entendimento é influenciado pelo ideal liberal presente na obra do autor.

Uma educação liberal não pressupõe liberdade plena ao educando, o que importa dizer que não deve facultar a crença ou não em Deus. Contudo, o educando deve ter um tratamento como ser racional e que pode ser livre ao fazer uso de sua racionalidade. A racionalidade, nesse caso, complementa as experiências e, no caso da crença em Deus, tem a

finalidade de formar a correta concepção do que seja a suprema virtude a ser alcançada pelo homem.

Essa proposta educacional impede o tutor, por exemplo, de forçar sua própria concepção religiosa sobre a figura Divina, posto que ele deve apenas transmitir ao educando ensinamentos básicos sobre Deus e que sejam capazes de transmitir a verdadeira virtude a ser alcançada.

A visão religiosa do tutor não deveria, portanto, influenciar ou cercear a liberdade do educando, impondo-lhe visões de mundo previamente determinadas e que deveriam ser tidas como o único padrão de conduta possível. Apenas deveria revelar o ideal virtuoso.

5 Considerações finais

A análise empreendida da proposta educacional de John Locke teve como intenção demonstrar de que formas as premissas ideológicas do autor são determinantes para a formação de sua concepção sobre como a educação deveria ser conduzida e qual seria seu objetivo principal.

Dentre outros aspectos, o ponto principal da doutrina lockeana e que determina de forma contundente a forma pela qual entende a educação se relaciona ao empirismo e sua crítica à teoria dos saberes inatos, que acaba por culminar no importante conceito de tabula rasa.

Da mesma forma, seus ideais liberais e a crença em Deus são elementos que definem suas propostas educacionais. Não se pode esquecer, nesse aspecto, os principais destinatários da educação concebida por John Locke, que são, os homens burgueses. Suas propostas se dirigem, portanto, à formação de um gentleman virtuoso, capaz de se destacar na sociedade e assumir o papel de seu condutor.

Sua forma de abordagem sobre o ensinamento do Divino, fundamento da conduta virtuosa a ser alcançada por meio da educação, revela de forma muito especial a influência de todas as suas concepções teóricas, ao passo que é sujeito às experiências vividas, estruturadas por meio da racionalidade e não vinculadas a uma visão de dogmas religiosos específicos.

Referências

BATISTA, Gustavo Araújo. Um ensaio sobre algumas categorias do pensamento filosófico-educacional de John Locke. *Educação Unisinos*. UNISINOS, v. 14, n. 3, set./dez. 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/697/124>. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

FAGUNDES, André Luiz de Oliveira. Cartas pedagógicas de John Locke à Modernidade. *X ANPED SUL*, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1918-0.pdf. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

LOCKE, John. *Alguns pensamentos sobre a educação*. Wrington: Almeidina, 2012. 388 p.

_____. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 259 p. (Os Pensadores)

SANCHES, Ana Maria Brito. A educação liberal de John Locke. *IV Congresso Internacional de ética e cidadania*. São Paulo: Mackenzie, 2008, v. IV. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Chancelaria/GT2/Ana_Maria_Brito_Sanchez.pdf. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

SANTOS, Vera Maria dos; GÓIS, Magaly Nunes de. A disciplina em Locke e a formação do homem burguês. *Revista Tempos e Espaços em Educação*. UFS, v. 3., 79-86, jul./dez. 2009.

TERUYA, T. K.; CARVALHO, A. M. ; LUZ, M. G. E. da ; GOMES, I. de O. As contribuições de John Locke no pensamento educacional. In: *IX Jornada do HISTEDBR*, 2010, Belém. Jornada HISTEDBR. Belém: UFPA, 2010. p. 1-18.